

30 DE DEZEMBRO DE 2022

PANORAMA POLÍTICO



Foto: José Cruz/Agência Brasil

O FIM DO ANO E A DEFINIÇÃO DOS 37 MINISTÉRIOS DE LULA E DA BASE DO NOVO CONGRESSO NACIONAL

A oferta de ministérios envolve articulações em torno de velhos e novos aliados, além da composição da base de apoio do futuro governo na Câmara e no Senado. As longas negociações sobre os cargos ministeriais envolveram os interesses da base aliada em contraponto à grande base de oposição ao novo governo Lula no Congresso Nacional.

A demora na definição de todos os ministérios decorre, em parte, pelos anseios dos apoiadores da base e de partidos que ofereceram apoio para a próxima legislatura. Embora houvesse muitos nomes a indicar, houve grande resistência da base do PT a nomes de alguns partidos. Ademais, os agentes econômicos exerceram grande influência sobre a pauta da economia, da indústria e da agricultura.

O PSDB, que fez oposição ao PT durante as eleições, deve ser aliado ao novo governo no Congresso. O partido saiu mais fraco das eleições e, pela primeira vez desde a redemocratização, não disputou a eleição presidencial. A aproximação também é possível graças ao bom relacionamento de lideranças do PSDB com Geraldo Alckmin (PSB), que foi um dos fundadores do partido e integrou a sigla por 33 anos.

O PT foi, naturalmente, o maior beneficiado nas definições dos ministérios. Ao todo, ficou com 9 ministérios – Fazenda, Casa Civil, Relações Institucionais, Secretaria-Geral, Educação, Desenvolvimento Social, Mulheres, Trabalho e Desenvolvimento Agrário. O PSB, partido de Geraldo Alckmin, foi beneficiado com três ministérios, sendo, um deles, o da Indústria e Comércio, a ser ocupado pelo próprio vice-presidente. Além deste, couberam ao PSB os ministérios da Justiça e de Portos e Aeroportos.

Outra sigla que buscava postos nos ministérios era o MDB de Simone Tebet. A ex-candidata à Presidência exerceu um papel importante durante o segundo turno das eleições presidenciais em favor de Lula. Ao longo da semana, a definição de qual pasta seria a da senadora em fim de mandato foi debatida em torno do tamanho e da influência de cada ministério. Por fim, Simone Tebet comandará o Ministério do Planejamento e Orçamento, considerado uma pasta de primeiro escalão e que deve trabalhar próxima ao Ministério da Fazenda, comandado por Haddad.

PSB, MDB e PSD ficaram, cada qual, com três ministérios. Já o União Brasil deve ficar com duas pastas, da Comunicação e do Turismo. Entretanto, há expectativa de que Waldez Góes, indicado para assumir o Ministério da Integração, mude do PDT para o União Brasil.

Diversos partidos da base aliada não foram contemplados com ministérios – PV, Avante, PROS e Agir. Solidariedade, embora tenha apoiado a campanha à presidência de Lula, deve se posicionar de forma independente no Congresso, assim como União Brasil e MDB.

União Brasil, PSD e MDB, embora tenham sido beneficiados por ministérios, não devem compor a base de Lula no Congresso. Observa-se que, em cada uma destas siglas, há apoiadores e opositores a Lula, o que indica um cenário volátil de votações a depender de pautas e interesses. O MDB contará com 42 deputados e 11 senadores; o PSD, com 42 na Câmara e 12 representantes no Senado; e o União Brasil terá 59 deputados e 9 senadores.

A base do PT conta com PSB, PCdoB, Rede e PSOL. Somada a base de apoio aos votos de independentes do União, do PSD e do MDB, Lula pode alcançar cerca de 282 deputados e 46 senadores. A definição ministerial foi fundamental para a ampliação da base governista de Lula no Congresso, mas as negociações com o Centrão e a oposição serão fundamentais para a defesa de pautas caras a Lula.

Além dos ajustes sobre a composição dos ministérios e as tentativas de ampliação da base aliada para o terceiro mandato de Lula na Presidência, outro fator de destaque é a presença de mulheres no alto escalão da Administração Pública. Dos 37 ministérios, 11 serão comandados por mulheres. Outras 10 mulheres já foram indicadas para compor outros postos de gestão nos ministérios. A presidência da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda serão comandadas por mulheres. Até então, o governo de Dilma Rousseff era o recordista, com a nomeação de 8 mulheres como ministras.

Material produzido por